



**ACÓRDÃO Nº 262/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE nº 1539/2015 - 03 volumes.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Recursos Supervisionados pela SEMAD.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto, cargo Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, à época.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/MA - Relatório Conclusivo nº 002/2016 (fls. 471/489).
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 536/2016-MP-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas (fls. 491/492)
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Recursos Supervisionados dela SEMAD. Exercício 2014.

*Contas Regulares com Ressalvas. Multa. Prazo. Inscrição na Dívida Ativa. Instauração de Cobrança Executiva. Recomendação e Determinação à origem.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**9.1- Julgar regulares com ressalvas** a Prestação de Contas Anual dos **Recursos Supervisionados pela SEMAD**, Referente ao exercício financeiro de 2014, sob responsabilidade do Sr. Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto, Ex-Secretário e Ordenador de despesas, exercício de 2014;

**9.2- Multar o Sr. Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto**, ex-secretário e ordenador de despesas dos Recursos Supervisionados, no valor de **R\$ 4.468,42** (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos), com fulcro no art. 53, Parágrafo Único, da Lei Orgânica 2.423/96 com a nova redação dada pelo art. 2º da Lei Complementar nº 114/2013, em face das restrições não sanadas, relacionadas ao item 9.2 subitens do relatório/voto, (item, 6. a, c, e, h, do Relatório Conclusivo nº 002/2016-DICAD-MA);

**9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias** para recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III, "a", da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 169, I, do Regimento Interno deste Tribunal, autorizando a inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, nos termos do art. 173, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

Diário Eletrônico do TCE/AM,  
Edição Nº \_\_\_\_\_  
De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS - DIRAC

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

**ACÓRDÃO Nº 262/2016 – TCE –TRIBUNAL PLENO**

**9.4- Recomendar à origem** que atente as Normas Brasileiras de Contabilidade, NBCT 16.5, Item 24, uma vez que estabelece critérios para o registro contábil dos atos e dos fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio das entidades do setor público;

**9.5- Determinar à origem:**

- Cumprimento do Decreto nº 998, de 02 de junho de 2011, republicado integralmente no DOM edição 2753 de 19.08.2011, a todos os servidores que utilizam diárias, em especial, a regra do seu art. 11, sob pena da aplicação dos §§ 2º e 3º deste artigo, e do art. 13, ficando os servidores impedidos de receber diárias, passagens, além da participação de cursos em ocasiões posteriores, afora devolução dos valores não comprovados perante a Administração em relação às despesas, além de responderem solidariamente pelos atos praticados em desacordo com este Decreto, o ordenador de despesas e o servidor que houver recebido as diárias.

**10- Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 30 de março de 2016.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA**  
Procurador-Geral